

Sumário

Capítulo 1

VAMOS CONHECER A ESTRUTURA DO CPC	31
--	----

Capítulo 2

NORMAS PROCESSUAIS NO CPC	35
2.1. Neoprocessualismo.....	35
2.2. Sistema multiportas.....	36
2.3. Modelo cooperativo.....	42
2.4. Normas fundamentais	48
2.4.1. Princípio da primazia do julgamento de mérito e da boa-fé proces- sual objetiva	48
2.4.2. Proibição da decisão surpresa.....	54
2.4.3. Dever de uniformização jurisprudencial e o sistema de precedentes obrigatórios	57

Capítulo 3

PROCEDIMENTO COMUM	63
3.1. Petição inicial	63
3.2. Saneamento da petição inicial.....	82
3.3. Indeferimento liminar da petição inicial	84
3.4. Improcedência liminar do pedido	88
3.5. Tutelas provisórias	94
3.5.1. Tutela antecipada	105
3.5.1.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente e sua estabilização.....	105
3.5.1.2. Estabilização da tutela.....	109
3.5.1.3. Dinâmica da tutela antecipada requerida em caráter antecedente	123
3.5.1.4. Tutela antecipada incidental.....	144
3.5.2. Tutela cautelar antecedente	146
3.5.3. Tutela de evidência.....	156
3.6. Audiência de conciliação ou de mediação	166
3.7. Respostas do réu.....	178
3.7.1. Contestação	179

3.7.2. Reconvensão.....	194
3.8. Revelia	203
3.9. Providências preliminares.....	212
3.10. Julgamento conforme o estado do processo	214
3.10.1. Extinção do processo.....	214
3.10.2. Julgamento antecipado do mérito	215
3.10.3. Julgamento antecipado parcial de mérito.....	217
3.10.4. Decisão de saneamento e a organização processual.....	224
3.11. Das provas.....	230
3.11.1. Teoria geral das provas.....	230
3.11.2. Provas em espécie.....	237
3.11.2.1. Produção antecipada da prova	237
3.11.2.2. Depoimento pessoal das partes e confissão	248
3.11.2.3. Prova documental e ata notarial	258
3.11.2.4. Prova testemunhal.....	268
3.11.2.5. Prova pericial	285
3.12. Audiência de instrução e julgamento	301
3.13. Sentença	308
3.13.1. Conceito.....	308
3.13.2. Classificação	311
3.13.3. Elementos da sentença	315
3.13.4. Princípio da congruência (decisão <i>extra petita</i> , <i>ultra petita</i> e <i>citra petita</i>)	318
3.13.5. Vedação a sentenças ilíquidas.....	321
3.13.6. Liquidação da sentença.....	322
3.13.7. Irretratabilidade da sentença publicada.....	331
3.13.8. Hipoteca judiciária	333
3.13.9. Remessa necessária (reexame obrigatório).....	336
3.13.10. Tutelas específicas e a multa por descumprimento (<i>astreintes</i>)	343
3.13.11. Tutela de remoção de ilícito x tutela inibitória	352
3.13.12. Ordem cronológica de julgamento (arts. 12 e 153 alterados pela Lei 13.256/2016)	355
3.14. Coisa julgada	359
3.14.1. Efeitos negativos, positivos e preclusivos da coisa julgada.....	361
3.14.2. Coisa julgada material x coisa julgada formal.....	364
3.14.3. Regime de formação da coisa julgada	367
3.14.4. Limites objetivos da coisa julgada	368
3.14.5. Coisa julgada sobre as questões prejudiciais decididas incidentalmente	371
3.14.6. Limites subjetivos da coisa julgada	374

 **Capítulo 4**

EXECUÇÃO	377
4.1. Princípios inerentes à atividade executiva	395
4.2. Responsabilidade patrimonial e fraudes de devedores.....	400
4.3. Espécies de execução.....	410
4.3.1. Cumprimento definitivo da sentença que condena ao pagamento de quantia certa	411
4.3.2. Cumprimento provisório de sentença.....	420
4.3.3. Cumprimento de sentença invertido.....	428
4.3.4. Processo de execução por quantia certa fundada em título extrajudicial.....	431
4.3.5. Penhora.....	445
4.3.5.1. Penhora de salários	450
4.3.5.2. Ordem de preferência da penhora.....	452
4.3.5.3. Penhora eletrônica (<i>on-line</i>).....	458
4.3.5.4. Fase de expropriação	466
4.4. Defesas do executado	481
4.4.1. Impugnação x embargos à execução	481
4.4.2. Impugnação ao cumprimento de sentença	483
4.4.3. Embargos à execução	496
4.4.4. Exceção (objeção) a (pré)-executividade	513
4.5. Parcelamento legal da dívida (MORATÓRIA LEGAL).....	517
4.6. Execução de alimentos (cumprimento de sentença e processo de execução).....	524
4.7. Execução contra a Fazenda Pública (cumprimento de sentença por quantia certa e processo de execução contra a Fazenda Pública).....	535
4.8. Execução para entrega de coisa	548
4.9. Execução de obrigação de fazer ou de não fazer.....	553
4.10. Medidas executivas atípicas	558
4.11. Prescrição intercorrente na execução	569
4.12. Tabelas sobre execução	584
4.12.1. Multas no cumprimento de sentença	584
4.12.2. Prazos dos devedores para cumprir as execuções fundadas em títulos executivos extrajudiciais	584
4.12.3. Tabela sobre as defesas do executado	585

 **Capítulo 5**

DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	587
5.1. Precedentes judiciais.....	593
5.1.1. <i>Ratio decidendi</i> e as questões <i>obiter dicta</i>	603
5.1.2. Distinção (<i>distinguishing</i>) e superação (<i>overruling</i>)	607
5.2. Microssistema de demandas repetitivas.....	620
5.3. Reclamação	624
5.4. Sistema recursal.....	635
5.4.1. Teoria geral dos recursos.....	636
5.4.1.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito recursal	638
5.4.1.2. Efeitos recursais	661
5.4.1.3. Recursos que admitem sustentação oral	673
5.4.1.4. Prevenção dos recursos.....	674
5.4.2. Recursos em espécie	676
5.4.2.1. Apelação.....	677
5.4.2.2. Agravo de instrumento	717
5.4.2.3. Agravo interno	735
5.4.2.4. Embargos de declaração	739
5.4.2.5. Recurso ordinário.....	753
5.4.2.6. Recurso especial (REsp) e extraordinário (RE)	765
5.4.2.7. Embargos de divergência.....	844
5.5. Causa piloto x procedimento modelo.....	852
5.6. Microssistema de incidentes?	864
5.7. Incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR.....	868
5.8. Incidente de assunção de competência – IAC.....	889
5.9. Ação rescisória	897
5.10. <i>Querela nullitatis</i> (Ação de nulidade de sentença).....	929

 **Capítulo 6**

PARTE GERAL	937
6.1. Jurisdição.....	941
6.1.1. Características da jurisdição.....	941
6.1.2. Princípios da jurisdição.....	944
6.1.3. Classificação da jurisdição	948
6.2. Competência.....	951
6.2.1. Fontes da competência	952
6.2.2. Limites da jurisdição nacional.....	952
6.2.3. Cooperação internacional	956
6.2.4. Classificação da competência.....	964
6.2.5. Critérios para a distribuição da competência: matéria X pessoa X função X território X valor	968

6.2.6.	Incompetência absoluta e incompetência relativa	969
6.2.7.	Competência territorial.....	978
6.2.8.	Formas de modificação da competência.....	984
6.2.9.	Conflito de competência	992
6.2.10.	Cooperação judiciária e o compartilhamento de competências....	1003
6.3.	Ação	1007
6.4.	Processo	1020
6.5.	Pressupostos processuais.....	1023
6.6.	Sujeitos processuais	1029
6.6.1.	Partes e procuradores.....	1029
6.6.2.	Sucessão das partes e dos procuradores	1033
6.6.3.	Deveres das partes e dos seus procuradores.....	1039
6.6.3.1.	Responsabilidade por dano processual: ato atentatório x litigância de má-fé.....	1039
6.6.3.2.	Despesas processuais: honorários advocatícios e gratuidade da justiça.....	1048
6.6.3.3.	Gratuidade da justiça	1073
6.6.4.	Pluralidade de partes	1088
6.6.4.1.	Litisconsórcio.....	1088
6.6.4.2.	Intervenção de terceiros	1107
6.6.5.	Juiz.....	1160
6.6.5.1.	Impedimento e suspeição.....	1163
6.6.6.	Ministério Público	1175
6.6.7.	Advocacia Pública.....	1183
6.6.8.	Defensoria Pública	1186
6.7.	Atos processuais	1201
6.7.1.	Princípios.....	1202
6.7.2.	Negócios jurídicos processuais	1206
6.7.3.	Classificação dos atos processuais.....	1218
6.7.3.1.	Atos das partes	1218
6.7.3.2.	Dos pronunciamentos do juiz.....	1225
6.7.4.	Do tempo para a prática dos atos processuais	1225
6.7.5.	Prazos processuais	1230
6.7.5.1.	Classificação dos prazos.....	1230
6.7.5.2.	Contagem dos prazos.....	1232
6.7.5.3.	Suspensão dos prazos.....	1242
6.7.5.4.	Prazos diferenciados.....	1243
6.7.6.	Comunicação dos atos processuais.....	1249
6.7.6.1.	Citação.....	1251
6.7.6.2.	Intimação	1274
6.7.6.3.	Cartas.....	1279
6.7.7.	Nulidades dos atos processuais	1283
6.8.	Formação, suspensão e extinção do processo	1296

 **Capítulo 7****ALGUNS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS
E OUTROS ASPECTOS DO CPC**

1303	
7.1. Direito de escolha	1303
7.2. Procedimentos especiais e cumulação de pedidos (art. 327, § 2º).....	1305
7.3. Ação de consignação em pagamento	1307
7.4. Ações possessórias.....	1316
7.5. Embargos de terceiros.....	1331
7.6. Ação monitória (procedimento monitório ou por injunção)	1337
7.6.1. Peculiaridades da ação monitória proposta diante da Fazenda Pública no CPC/2015.....	1347
7.7. Como ficam as ações de rito sumário com a entrada em vigor do CPC/2015?	1351
7.8. O que acontece com os prazos dos processos em curso com a entrada em vigor do CPC/2015?.....	1352
7.9. Direito intertemporal e os enunciados administrativos do STJ.....	1353

BIBLIOGRAFIA	1357
---------------------------	------

ÍNDICE REMISSIVO	1373
-------------------------------	------